Os Procuradores-Gerais Distritais

Os Procuradores-Gerais Distritais

Tendo por antecedentes remotos o cargo de Procurador do Rei criado no reinado de D. Afonso III, foi por inspiração do modelo napoleónico que o liberalismo português, saído da revolução de 1820, organizou o Ministério Público. Em 1832, no Decreto de Mouzinho da Silveira que criou o Supremo Tribunal de Justiça, foi estabelecido, como seu membro, o cargo de Procurador-Geral da Coroa, ao mesmo tempo que se previa o lugar de Procurador Régio em cada tribunal de 2ª instância e de Delegado do Procurador Régio nos juízos de 1ª instância.

Com o advento da República, o Procurador Régio junto de cada uma das Relações passou a designar-se Procurador da República, nomenclatura que se manteve até que, em 1978, com o primeiro Estatuto do regime democrático, adquiriu a designação de Procurador-Geral Adjunto e, depois, em 1998, a de Procurador-Geral Distrital.

Corporizando um bastião nuclear da estrutura hierárquica do Ministério Público, estes Procuradores Régios, Procuradores da República, Procuradores-Gerais Adjuntos e Procuradores-Gerais Distritais contribuíram decisivamente para a unidade do sistema e para a uniformidade do direito.

Sob a tutela dos Procuradores Gerais da Coroa e dos Procuradores Gerais da República, seus imediatos superiores hierárquicos, eles foram o motor, o engenho propulsor da máquina que o Ministério Público sempre constituiu dentro da orgânica judiciária. O cimento agregador da sua ação, evitando que à pluralidade de intervenientes correspondesse atomística babel de soluções. Foram, ainda, o escudo defensor e protectivo, a "firewall" quando, em certas épocas, os Procuradores-Gerais da República estavam hierarquicamente subordinados aos governos, através dos Ministros da Justiça. Foram eles, enfim, que, constituindo embora diuturno factor de coesão, realizaram, por outro lado, o nível de desconcentração hierárquica que constitui garantia da autonomia do Ministério Público bem como, condição de eficácia da sua actuação.

Euclides Dâmaso Simões
(Procurador-Geral Distrital em 2017)

Alfredo Monteiro de Carvalho
1918 . 1935

❖

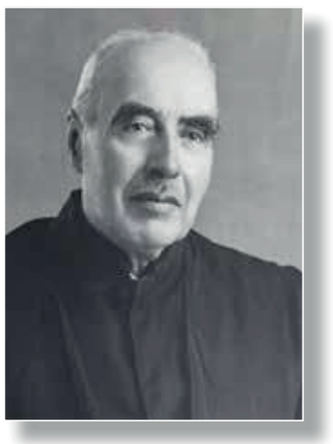
Nascido a 15/12/186, natural de Vilar de Besteiros, distrito de Viseu.
Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito de Coimbra em 1896

Ingressou na magistratura como Sub Delegado do Procurador Régio na comarca de Almada, tendo tomado posse em 14/1/1895.

Em 30/5/1918 tomou posse como Procurador da República junto do Tribunal da Relação de Coimbra.

Em 12/6/1918 foi promovido a juiz de 1ª classe, em 19/7/1926 foi promovido a Juiz Desembargador e em 1/5/1930 a Juiz Conselheiro, mantendo-se sempre em comissão de serviço como Procurador da República no Tribunal da Relação de Coimbra até 22/6/1935.

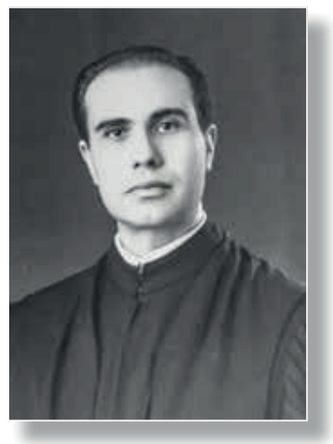
❖



Victor Monteiro Simões
1935 . 1958

Nascido a 29/3/1988, natural de Malhada Sorda, distrito da Guarda. Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito de Coimbra

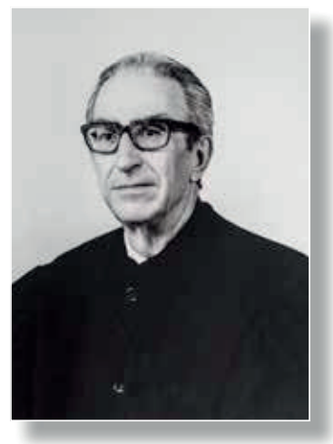
Foi nomeado Secretário do Procurador da República junto do Tribunal da Relação de Coimbra em 8/5/1918. Manteve sempre a comissão de serviço como Secretário do Procurador da República junto do Tribunal da Relação de Coimbra. Tomou posse como Procurador da República junto do Tribunal da Relação de Coimbra em 28/6/1935. Em 18/1/1936 foi nomeado Ajudante do Procurador-Geral da República, continuando em comissão de serviço como Procurador da República junto do Tribunal da Relação de Coimbra.



José Alfredo Soares Manso-Preto
1958 . 1963

Nascido a 26/7/1924, natural de Paços de Gaiolo, distrito do Porto. Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito de Coimbra em 1947

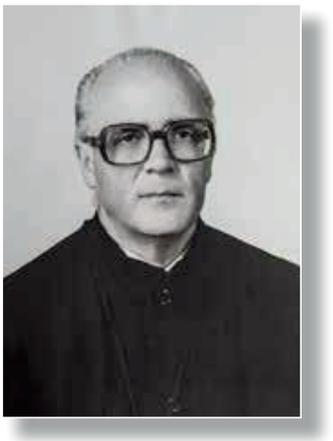
Em 5/11/1958, é nomeado Procurador da República no Tribunal da Relação de Coimbra. Promovido à 2ª instância, é colocado no Tribunal da Relação de Évora como Juiz Desembargador em 14/8/1975. Eleito Presidente do Tribunal da Relação de Évora, tendo tomado posse em 23/3/1981. Nomeado Juiz Conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça por despacho de 30/9/1986. Eleito Presidente do Supremo Tribunal de Justiça em 1992, cargo que ocupou até à jubilação, em 1993.



António de Almeida Simões
1963 . 1975

Nascido a 20/9/1919, natural do concelho de Estarreja, distrito de Aveiro. Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito de Coimbra em 1944

Ingressou na magistratura como Delegado do Procurador interino na comarca de Ponte de Lima, tendo tomado posse em 18/12/1947. Em 29/11/1963 foi nomeado Ajudante do Procurador-Geral da República e designado por despacho ministerial de 13/12/1963 para exercer as funções de Procurador da República junto do Tribunal da Relação de Coimbra, tendo tomado posse a 19/12/1963. Em 18/7/1985 tomou posse como Presidente do Tribunal da Relação de Coimbra. Foi nomeado Juiz Auxiliar do Supremo Tribunal de Justiça.



Cláudio César Veiga da Gama Vieira
1975 . 1977

Nascido a 28/4/1922, natural de Quadrazais, distrito da Guarda.
Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito de Coimbra em 1946
Ingressou na magistratura como Delegado do Procurador da República.
Em 5/5/1975 foi nomeado Ajudante do Procurador-Geral da República e colocado, em comissão de serviço, como Procurador da República junto do Tribunal da Relação de Coimbra, tendo tomado posse em 17/6/1975. Por despacho de 14/10/1975 foi promovido a Juiz Desembargador no Tribunal da Relação de Coimbra. Foi nomeado Juiz Conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça em 20/2/1986, cargo em que se manteve até à aposentação, em 31/3/1990.

Valdemar Ferreira Berardo de Andrade
1977 . 1995

Nascido a 24/10/1936, natural de Coimbra.
Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito de Coimbra
Ingressou na magistratura como Subdelegado do Procurador da República, tendo tomado posse na comarca de Coimbra em 23/5/1964. Foi nomeado, em comissão de serviço, Adjunto do Procurador da República, auxiliar, no Tribunal da Relação de Coimbra, em 12/4/1974. Em 24/6/1977 foi nomeado Adjunto do Procurador-Geral da República e em 15/12/1978 Procurador-Geral Adjunto, em comissão de serviço, no Distrito Judicial de Coimbra. Cargo que manteve até à sua jubilação, em 11/8/1995.

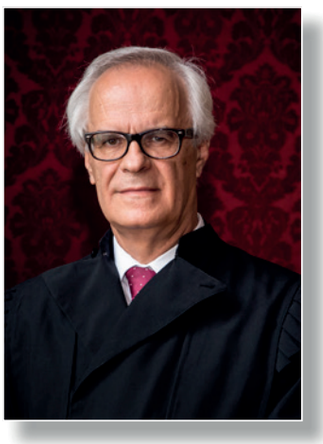
Francisco Xavier de Melo de Sampaio
1995 . 2004

Nascido a 6/4/1940, natural de Coimbra.
Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito de Coimbra em 1968
Ingressou na magistratura como Delegado do Procurador da República interino na comarca de Celorico da Beira em 16/12/1968. Foi promovido a Delegado do Procurador da República de 1ª classe e colocado na comarca de Coimbra em 28/8/1973. Em 27/7/1982 foi nomeado Inspector do Ministério Público. Por despacho de 17/2/1987 foi colocado, como Procurador-Geral Adjunto, na sede do distrito Judicial de Coimbra. Em 18/10/1995 tomou posse como Procurador-Geral Distrital de Coimbra. Nesse cargo se manteve até à jubilação, em 9/1/2004.

Alberto Mário Coelho Braga Temido
2004 . 2010

Nascido a 11/7/1948, natural de Coimbra.
Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito de Coimbra em 1972

Ingressou na magistratura como Delegado do Procurador da República interino na comarca de Frontreira, tendo tomado posse em 16/2/1973. Em 7/11/1978 foi colocado na comarca de Coimbra. Em 18/10/1985 foi nomeado Director-Adjunto da Polícia Judiciária de Coimbra. Por deliberação do Conselho Superior do Ministério Público de 31/1/2001 foi nomeado, em comissão de serviço, para o Supremo Tribunal de Justiça. Em 27/2/2004 tomou posse como Procurador-Geral Distrital de Coimbra, cargo em que se manteve até à sua jubilação, em 22/11/2010.



Euclides José Dâmaso Simões
2011 . 2018

Nascido a 23/10/1954, em Celorico da Beira.
Licenciou-se em Direito pela Faculdade de Direito de Coimbra em 1977.

Ingressou na magistratura como Delegado do Procurador da República estagiário em 22 de Agosto de 1978.
Exerceu funções nas comarcas de Celorico da Beira (1979-1980), Tondela (1980--1981) e Anadia (1981-1988), e esteve destacado na comarca de Aveiro (1988-1989), encarregado de processo de elevada complexidade.
Foi nomeado Diretor da Polícia Judiciária de Coimbra em 1989 e promovido a Procurador da República em 1990.
Foi promovido a Procurador--Geral Adjunto em 1999 e nomeado Diretor do Departamento de Investigação e Ação Penal de Coimbra, cessando a comissão de serviço na Polícia Judiciária.

Em 2008 foi eleito vogal do Conselho Superior do Ministério Público e em 2011 nomeado Procurador-Geral Distrital de Coimbra, cargo que exerceu até à jubilação, em 3/12/2018.
Integrou várias comissões de revisão de Códigos e leis penais, presidiu (em 2000) à Rede Judiciária Europeia, participou no GAFI/FATF (1994-1999), nos trabalhos preparatórios da primeira Diretiva da União Europeia sobre Branqueamento (1990--1991) e da Convenção da ONU contra a Criminalidade Organizada Transnacional (1999-2000), na Cimeira de Nápoles sobre Crime Organizado Transnacional (1994) e em vários Congressos das Nações Unidas sobre Prevenção do Crime e Tratamento dos Delinquentes (entre 1995 e 2005).